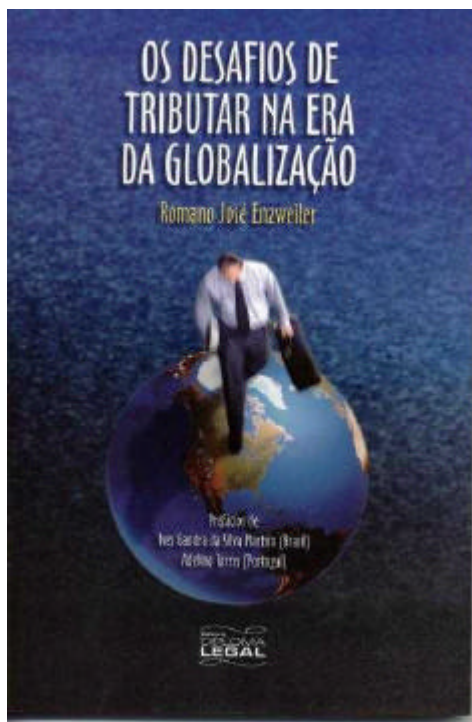


PREFÁCIO

ao livro de Romano Enzweiler, *Os desafios do tributar na era da globalização*, Florianópolis, Brasil, Ed. Diploma Legal, 2000



Este livro corresponde ao essencial de uma dissertação de Mestrado apresentada na Universidade do Minho (Braga, Portugal) e brilhantemente defendida por Romano Enzweiler em 1998.

A actualidade das problemáticas analisadas por Romano Enzweiler é evidente. A sua riqueza e diversidade não permite resumi-las num curto prefácio. Limito-me a enumerar algumas das idéias expostas e a tecer breves considerações que sublinham determinados pontos.

A viabilidade do Estado através da tributação resulta em grande parte da conjugação de factores cuja confluência ou ruptura determina o tipo de desenvolvimento. No entanto, tudo parece indicar que a democracia se defronta com as consequências mais visíveis de uma globalização no seio da qual a economia submerge o político, esvaziando a cidadania da sua identificação e transformando-a num projecto que, aparentemente, não tem plena correspondência na vontade colectiva.

Neste princípio do novo milénio, por toda a parte as instituições sofrem as arremetidas de uma ortodoxia neoliberal¹ que retoma os velhos objectivos do século XIX², apagando memórias de desastres passados e prosseguindo o desmantelamento do Estado Providência, herdeiro de décadas de violentas lutas sociais.

Como Romano Enzweiler o demonstra, o que está em jogo vai mais além do que um mero debate académico entre heterodoxia e ortodoxia, no qual o “holismo” subverte o indivíduo enquanto o “individualismo metodológico”³ o liberta. Há nessa dicotomia, de algum modo excessiva – pelo menos na interpretação de muitos autores – um certo reducionismo semântico e filosófico que não me parece dar conta satisfatoriamente da questão, na medida em que releva, em última análise, de um positivismo sem outros horizontes, para além da lógica circular do mercado (ou da sua negação sem parâmetros claros) e da subordinação dos valores aos limites da sua mercantilização, crítica porventura justificada mas que não apresenta, por enquanto, alternativas credíveis.

A retórica comunicacional – dos políticos ou dos média – reconforta talvez um ou outro destes pontos de vista, mas está longe de clarificar a controvérsia em termos convincentes no plano epistemológico.

Para escolher um caminho, necessariamente falível mas que se me afigura até certo ponto metodologicamente útil, podemos admitir que a reflexão económica actualmente prevalecente apresenta o mercado como um modo de organização societal, quer dizer autónomo de qualquer outra consideração ou factor – o “automatismo do mercado” - formando, por assim dizer, uma instituição global por excelência.

Deste modo, a representação *política* e a inserção *cultural* estariam ausentes das análises de uma “ciência económica” neoclássica que postula a utopia do mercado como a autoregulação das trocas “*entre os homens e as coisas*”, mas que, na verdade, teria subjacente um outro pressuposto: o de que a regulação das trocas se faz “*entre coisas*”, estando os homens incluídos nessa própria “coisificação”. Daí o “anti-iluminismo”

¹ O conceito de “liberalismo” (ou “neoliberalismo”) é objecto de controvérsia entre muitos dos próprios teóricos liberais, que fazem a distinção entre “liberalismo filosófico” (que defendem) e “liberalismo utilitarista” (“instrumental” ou ainda “construtivista”), que rejeitam. Para uma discussão sobre essa problemática desenvolvida de modo muito rico pela “Escola Austríaca” (C. Menger, E. Böhm-Bawerk, von Mises, Hayek e, mais recentemente por Murray Rothbard), vê: Pascal SALIN, *Libéralisme*, Paris, 2000. Essa distinção não é abordada neste prefácio. Refiro-me apenas ao “liberalismo utilitarista” actualmente dominante nas esferas académicas, governamentais e internacionais.

² P. Hugon escreve: “O pensamento liberal neoclássico do terceiro quartel do século XIX era bastante mundialista”. Cf. Philippe Hugon, “L’évolution de la pensée économique et la mondialisation” in GEMDEV, *Mondialisation – Les mots et les choses*, Paris, 1999.

³ O individualismo metodológico postula que o indivíduo é o actor fundamental da sociedade. O colectivo não passa de uma agregação de indivíduos e só pode ser analisado como resultado da interacção entre indivíduos.

frequentemente referido para qualificar esta era neoliberal que abre as portas do terceiro milénio...

O *mainstream* é igualmente acusado de ignorar que o capitalismo contemporâneo está confrontado com mutações complexas de que os modelos econométricos, por exemplo, não podem dar conta seja qual for a sua utilidade pontual. Aliás é justamente quando os novos cientistas da economia se encontram na impossibilidade de compreender e explicar as transformações económicas *reais*, que são tentados em refugiar-se em abstracções adequadas a economias imaginárias, mais fáceis de equacionar. Mas o que fazem então é sobretudo resolver “puzzles” e não verdadeiros problemas, como K. Popper o sublinhou frequentemente⁴. Por outras palavras, acumulando os impasses da explicação.

Daí se retira que se os economistas neoclássicos falham em integrar as variáveis políticas (no sentido lato do termo) no seu raciocínio é antes de mais porque as apreendem exclusivamente como “dados económicos”. O *homo oeconomicus* (quer dizer, o mercado) mais do que uma abstracção torna-se uma verdadeira liturgia.

Romano Enzweiler refere-se aos limites desse conceito que permite à utopia individualista e contractualista alimentar a ilusão de uma economia que escapa a qualquer forma de representação política e de inserção cultural, como já se referiu. Dupla evasão que acompanha a geneologia da modernidade e mutila as pretensões de um “economismo” que reivindica o estatuto de referência única mas que ignora outros sistemas, referenciados nomeadamente por Karl Polanyi⁵ cuja lição continua a ser recusada pela ortodoxia. Essa concepção do paradigma do mercado conduziria inevitavelmente a um raciocínio circular segundo o qual a ordem social se define a si própria independentemente da acção dos homens. Pensamento que não seria excessivo classificar como obsoleto desde o *Tratado Teológico-Político* de Espinosa, pelo menos...

O “endurecimento” teórico da economia contemporânea (cada vez mais fechada sobre si própria) surge igualmente como a contrapartida de uma dificuldade em desligar o mercado da perspectiva unidireccional do “interesse”, ao contrário da tese de Albert O. Hirschman para quem a ciência económica inclui ao mesmo tempo os “interesses” e as “paixões”, ideia não muito afastada da concepção de Amartya Sen que, não dissociando a economia da moral⁶, introduz a categoria de “*commitment*” (engajamento) que informa a acção humana melhor do

⁴ Karl Popper, *A lógica da pesquisa científica*, trad. bras., S. Paulo, Cultrix, 1974.

⁵ Karl Polanyi, *The great transformation: the political and economic origins of our time*, Boston, 1944. Vd. igualmente: Kari Polanyi-Levitt (Ed. by), *The life and work of Karl Polanyi*, Montréal, Black Rose Books, 1990.

⁶ Vd. Amartya Sen, *On ethics and economics*, Oxford, 1991. Ver eventualmente Peter Singer, *Practical Ethics*, Cambridge, 1993.

que o conceito de “cálculo racional”. Mas estes dois autores, Polanyi e Hirschman, são evidentemente marginalizados pelos oráculos do *mainstream*...

A concepção neoclássica de mercado teria ainda o carácter próprio de um mundo pós-religioso cujos valores são individualistas, totalmente separados do político (a desintervenção do Estado advogada como um dogma) e do cultural (reformas que não atendem a especificidades das culturas e tradições), como se verifica nas práticas impostas pelos *planos de ajustamento estrutural* do FMI nos países do Sul.

É esse desfazamento entre o que poderíamos chamar o *real* e o *(pre)concebido* que leva Romano Enzweiler a escrever que o neoliberalismo “não é uma teoria científica mas uma ideologia”. O chamado *Consenso de Washington* é a expressão mais conhecida dessa abordagem que o próprio Joseph Stiglitz, quando ainda era vice-presidente do Banco Mundial, estigmatizou⁷.

Poder-se-á, porém, ir mais longe e denunciar a “democracia representativa” como uma mera aparência de democracia, uma vez que é no seu âmbito que eclodem as teorias/ideologias tão contestadas?

Creio que nessa matéria se impõe alguma cautela, não confundindo a *prática* com o *princípio*. De facto, se aquela parece manifestar um profundo enviesamento em relação a este, daí não decorre necessariamente uma ordem de causa e efeito. Importa averiguar então se a “fragmentação” da prática (ou das práticas) não exigirá uma reconstrução dos fundamentos epistemológicos do próprio universo cívico e uma revisão da teoria da “democracia representativa”. Se, por outro lado, esta constitui o alicerce do Estado democrático, torna-se inevitável uma reflexão sobre o papel do Estado como garante da liberdade e, por consequência, sobre a organização financeira e tributária que o viabiliza.

Para muitos autores a soberania do Estado é posta em causa pela globalização, a qual vem acelerando a sua obsolescência segundo Jürgen Habermas⁸. As dificuldades expressam-se em três dimensões do Estado: o Estado fiscal, o Estado territorial e o Estado social.

Para referir apenas o primeiro vector, objecto de estudo de Romano Enzweiler, os consensos fiscais são justamente um dos elementos mais decisivos para a coesão de uma nação, na medida em que o consenso fiscal exprime um determinado nível de preferências colectivas. Se nas últimas décadas tais consensos se mantiveram relativamente inalteráveis

⁷ Joseph Stiglitz, “Vers un nouveau paradigme pour le développement”, trad. fr. da conferência de J. Stiglitz em 19 de outubro de 1998, reproduzida em *L'Économie Politique*, Paris, nº 5, 2000. Joseph Stiglitz retomou algumas destas críticas ao FMI e Banco Mundial no discurso proferido na cerimónia do “Doutoramento Honoris Causa” que lhe foi concedido pela Universidade Técnica de Lisboa, no ISEG- Instituto Superior de Economia e Gestão, em junho de 2000.

nos países da OCDE, depois de Thatcher a situação tende a mudar e a estabilidade desses consensos mostra-se ameaçada. Por exemplo, o comércio electrónico favorece as secessões fiscais. Do mesmo modo a difícil identificação dos rendimentos financeiros, os paraísos fiscais e o poder crescente das firmas multinacionais (que podem manipular os preços de transferência), contribuem para aumentar a carga fiscal sobre rendimentos salariais sem mobilidade, ou seja, sacrificam as classes médias. Não é por acaso que estas são precisamente as que maior resistência oferecem à globalização cujas consequências se lhes revelam desfavoráveis.

No entanto vêr apenas o Estado como elemento puramente passivo é ignorar as responsabilidades que lhe cabem na globalização e seus efeitos. É esquecer que ele dispõe de uma certa margem de manobra e que tem ao seu alcance formas diversas de intervenção, não estando excluída a capacidade de aplicação de políticas económicas de tipo keynesiano. Efectivamente não somente os Estados utilizam modalidades de protecção – como se verifica com a PAC na União Europeia – como também dispõem de possibilidades de relançamento económico ao nível regional.

O declínio do Estado não é, pois, uma fatalidade. Indo mesmo mais longe poder-se-á observar que, quando o FMI alarga a sua condicionalidade à ingerência na gestão de bancos e das empresas; quando a OMC pretende promulgar códigos internacionais sobre os direitos de propriedade; quando essas instituições ultrapassam visivelmente a sua missão original (o que acontece cada vez mais frequentemente) – é errado evocar apenas o “declínio do Estado”, esquecendo que tais instituições são precisamente emanações dos Estados e seus governos, e que são estes que usufruem da legitimidade democrática seja qual for a dimensão da sua representatividade. Tal legitimidade não é em circunstância alguma comparável à simples vocação regulamentar do FMI, por exemplo, cujos estatutos não incluem sequer o poder de liberalização das operações de capital. Em síntese, no processo de globalização actual o desafio político que se depara aos Estados não é de acatarem passivamente as directrizes das instituições internacionais mas de saberem, como observou Elsa Assidon, se têm ou não a coragem política de as controlarem...

Enfim, a questão de fundo da globalização e dos problemas que esta coloca, consiste em encontrar os meios de uma integração social que esteja à altura da integração económica e, desse modo, criar mais solidariedade.

⁸ Jürgen Habermas, *Après l'État-nation. Une nouvelle constellation politique*, Paris, 2000.

Se o Estado democrático implica, por definição, o exercício das liberdades cívicas, não deixa de ser verdade que verificamos também aqui alguma contradição com a ideologia neoliberal para quem o valor de uso dessas liberdades se reduz à acção privada. Isso aponta, de algum modo, para uma ruptura entre a lógica de desapropriação engendrada pela globalização (na sua versão utilitarista, pelo menos) e a lógica do cidadão que só se considera livre quando se sente destinatário do Direito e se assume, de certa maneira, como seu autor.

Num outro plano, a globalização gera igualmente duas lógicas divergentes: uma lógica *económica* que se caracteriza pela flexibilidade e a negociação descentralizada (descentralização das negociações salariais para o nível mais baixo da empresa) e uma lógica de *centralização do poder*, que vai no sentido inverso, como notou Zaki Laïdi. Se ambas podem contribuir para favorecer a dinâmica do sistema (o que se afigura à primeira vista positivo), também não se pode ignorar que, nos dois casos, essas lógicas convergem para um enfraquecimento dos sindicatos e uma diminuição do poder de negociação dos assalariados se estes se limitarem a exercê-lo apenas no plano nacional.

É certo que os acontecimentos de Seattle, nos Estados Unidos, parecem anunciar uma viragem que poderá vir a mudar os dados do problema. Com efeito, uma das originalidades do período actual é o elemento de “contestabilidade” das políticas públicas, cujo campo de aplicação se alarga ao nível mundial. Por exemplo, a indiscriminada liberalização das trocas é cada vez mais objecto de críticas que se propagam à velocidade se não da “luz” pelo menos da internet, o que demonstra, aliás, que a globalização não é uma situação unívoca ou fechada sobre si própria⁹...

Estas são apenas algumas das questões abordadas por Romano Enzweiler neste livro, que as debate com pertinência e, por vezes, com alguma paixão. O que é bem compreensível dada a acuidade dos problemas e a sua contemporaneidade. Mas o futuro amadurece-los-á e o pensamento irá mais fundo e mais longe, como acontece quando se tem motivação e talento. Que é o caso do autor.

Lisboa, agosto de 2000.

Adelino Torres
(Universidade Técnica de Lisboa/ISEG)

⁹ Vd. eventualmente J. C. Graz, *Aux sources de l'OMC. La charte de la Havane, 1941-1950*, Genebra, 1999.

